em minha experiência de ensino sobre o assunto, iniciadas há cerca de 15 anos. A motivação inicial para a realização deste livro surgiu, portanto, associada ao desejo de disponibilizar material teórico-prático acessível em língua portuguesa, a ser utilizado em pesquisas ou cursos de graduação e pós-graduação em Letras/Linguística. Considerando o diálogo interdisciplinar viabilizado a partir da LC, o panorama teórico aqui presente pode atrair o interesse de estudantes e pesquisadores de áreas afins, como Antropologia, Ciências Cognitivas, Educação, Fonoaudiologia, Psicanálise/Psicologia, Sociologia, entre outras.

Para finalizar, agradeço aos alunos de graduação e pós-graduação, em especial aos bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos do Grupo de Pesquisas em Linguística Cognitiva (LINC), com quem tive a oportunidade de abordar os temas apresentados neste trabalho e os anseios, descobertas e desafios inerentes à investigação acadêmica. Agradeço ao CNPq, pelo apoio por meio de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, que, desde 2003, têm me permitido coordenar o LINC e desenvolver projetos individuais de estudo no campo. Agradeço aos colegas do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFRJ, pela atmosfera respeitosa de acolhimento do meu trabalho, e aos colegas do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas/UFRJ, especialmente à profa. dra. Maria Lucia Leitão de Almeida e ao prof. dr. Carlos Alexandre Gonçalves, coordenadores do Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP), com os quais mantenho estimulantes trocas e compartilho a participação no projeto de intercâmbio acadêmico com a Universidade Aberta de Lisboa, por meio da profa. dra. Hanna Batoréo. No âmbito internacional, agradeço ao prof. dr. Patrice Brasseur, da Universidade de Avignon, na França, pelo convite ao intercâmbio acadêmico envolvendo coorientação de doutorado, e também à profa. dra. Eve Sweetser, por ter me acolhido como pesquisadora-visitante em estágio de pós-doutorado, apoiado pela Capes, em um dos centros mais importantes na área de Linguística Cognitiva (o Departamento de Linguística da Universidade da Califórnia, Berkeley). Os frutos dessa parceria evidenciam-se, sem dúvida, em minha produção acadêmica recente, na qual se inclui o presente livro.

Notas

[1] Na produção do autor, destacam-se o tratamento detalhado da polissemia no Português Europeu (Soares da Silva, 1999, 2006), além da organização de uma série de coletâneas envolvendo a temática Linguagem e Cognição (Soares da Silva *(org.)*, 2001; *Soares da Silva, Torres e Gonçalves* (orgs.), 2004; Soares da Silva, Martins, Magalhães e Gonçalves (orgs.), 2010).

[2] *O livro foi traduzido para o português sob o título Metáforas da vida cotidiana* (Mercado das Letras, 2002).

O que é Linguística Cognitiva?

A escolha do termo *Linguística Cognitiva* para nomear um novo paradigma teórico no âmbito da Linguística poderia parecer, a princípio, inadequada. É senso comum na área que a Gramática Gerativa, proposta por Noam Chomsky, revolucionou os estudos linguísticos justamente por ter promovido uma guinada cognitivista em relação ao sistema estruturalista que a precedeu.[1] Sendo assim, se a denominação Linguística Cognitiva tivesse sido atribuída ao modelo chomskyano, a escolha provavelmente não teria provocado estranhamento. Além disso, a expressão *linguística cognitiva* já circulava no cenário linguístico desde os anos 1960, de modo que, ao ser escolhida para designar o campo de estudo estabelecido nos anos 1980, não gozava exatamente do frescor que se poderia almejar. Ainda assim, o termo vingou, estabeleceu-se eficientemente no cenário internacional, e, até por sua compatibilidade com premissas básicas sobre a construção do significado, teve sua legitimidade reconhecida na comunidade acadêmica.

Como designação de uma nova vertente, o termo foi inicialmente adotado por um grupo particular de estudiosos, entre os quais se destacam George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier, cuja vasta experiência de pesquisa em Semântica Gerativa motivou crescente insatisfação com o papel da Semântica/Pragmática no modelo. Esses autores concordavam fundamentalmente com o matiz cognitivista da teoria gerativa, condensado na fórmula "a linguagem é o espelho da mente" (Chomsky, 1975), mas passaram a buscar um viés teórico capaz de dar conta das relações entre sintaxe e semântica, investigando especialmente as relações entre forma e significado na teoria linguística.

Para que isso fosse possível, propuseram um afastamento da perspectiva *modular* de cognição adotada pelo gerativismo. Como se sabe, a teoria gerativa postula que o módulo cognitivo da linguagem é independente de outros módulos cognitivos (como o raciocínio matemático, a percepção etc.); além disso,

no domínio da linguagem, reivindica-se a primazia do módulo sintático, que apresenta princípios próprios e independentes daqueles atuantes nos módulos fonológico e semântico, por exemplo. A Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual.

Assim, se a teoria gerativa postula que o significado de uma sentença é definido pelas condições sob as quais se pode interpretá-la como falsa ou verdadeira (e, portanto, o significado é concebido como reflexo da realidade), a Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não *contêm* significados, mas orientam a construção do sentido. Para usar uma afirmação que já se tornou clássica na área, "a linguagem é a ponta visível do *iceberg* da construção invisível do significado" (Fauconnier, 1997: 1).

Se as palavras indicam, mas não codificam em si mesmas *todo* o significado, a "insuficiência" que poderia ser atribuída ao termo *Linguística Cognitiva* parece natural. Porém, dentro de sua inerente parcialidade, a expressão tem a vantagem de sinalizar que o rompimento com a perspectiva gerativista não significa um rompimento com o compromisso cognitivista de um modo geral. É, portanto, a um tipo particular de cognição – a cognição não modular – que o termo se refere.[2] Como se pode prever a partir das considerações anteriores, o termo designa a área de forma tão apropriada (ou inapropriada) quanto qualquer similar que pudesse ter sido escolhido.

Não se deve associar, entretanto, o estabelecimento de uma designação reconhecida internacionalmente à ideia de que a Linguística Cognitiva constitui uma abordagem teórica homogênea. Ao contrário, a área reúne um conjunto de abordagens que compartilham hipóteses centrais a respeito da linguagem humana e, ao mesmo tempo, detalham aspectos particulares relacionados aos desdobramentos dessas hipóteses.

Em relação às hipóteses comuns, destaca-se a concepção da linguagem humana como instrumento de organização, processamento e transmissão de informação semântico-pragmática, e não como um sistema autônomo. No que se refere aos fenômenos investigados, Geeraerts (1995: 111-112) estabelece a seguinte agenda:

> [...] partindo da hipótese de que a linguagem se constitui a partir da capacidade cognitiva geral do ser humano, os seguintes aspectos adquirem especial interesse para a área: a categorização nas línguas naturais (prototipicalidade, polissemia sistemática, modelos cognitivos, imagética mental e metáfora); os princípios funcionais da organização linguística, tais como iconicidade e naturalidade; a interface conceptual entre sintaxe e semântica, nos moldes explorados pela Gramática Cognitiva e pela Gramática de Construções; a base experiencial e pragmática da língua em uso e a relação entre linguagem e pensamento, incluindo questões sobre relativismo e universais conceptuais.

Vale ressaltar, ainda, que a LC não é a única abordagem que prioriza a semântica. Os estudos funcionalistas de diferentes matizes também o fazem, bem como a semântica formal, cujo interesse se concentra na área do significado. Ocorre, entretanto, que tais vertentes assumem (implícita ou explicitamente) uma visão objetivista do significado, baseada na **semântica de condições de verdade**, que identifica o significado de uma sentença às condições sob as quais esta pode ser considerada falsa ou verdadeira (relação direta entre palavra e mundo). Em direção oposta, a LC concebe o significado como construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. Trata-se, portanto, de estabelecer uma **semântica cognitiva**, a qual sugere uma visão **enciclopédica** do significado linguístico, em contraste com a visão de **dicionário** tradicionalmente adotada nos estudos semânticos.

Dicionário e enciclopédia

A distinção teórica entre dicionário e enciclopédia sempre constituiu uma questão central para lexicólogos (linguistas que estudam o significado das palavras) e lexicógrafos (profissionais que elaboram dicionários). Desde o surgimento da abordagem mentalista da linguagem, nos anos 1960, um paralelismo entre o conhecimento de dicionário e o nível de representação mental das palavras foi estabelecido. Essa perspectiva, amplamente adotada por linguistas formalistas, sustenta a visão *componencial*, que estabelece uma lista de componentes semânticos básicos para caracterizar o significado das palavras.

Mais recentemente, entretanto, tem-se argumentado que a distinção tradicional entre conhecimento de dicionário (significado das palavras) e conhecimento enciclopédico (conhecimento de mundo ou não linguístico) é

artificial. A visão alternativa, adotada pela LC, sustenta que o conhecimento de dicionário é uma subparte do conhecimento enciclopédico mais geral.

Vejamos, a seguir, as principais ideias dessas duas perspectivas.

Conhecimento de dicionário

O conhecimento de dicionário é normalmente associado ao estudo da semântica lexical, cujo objetivo é investigar o significado das palavras. Essa visão é consistente com a hipótese da *modularidade*, adotada pela teoria gerativa, que sustenta que o conhecimento linguístico (por exemplo, o conhecimento do significado de uma palavra como *mochila*) é específico, de natureza distinta de outros tipos de conhecimento de mundo (por exemplo, saber como usar uma mochila, ou onde se pode comprá-la). Assim, assume-se que o conhecimento linguístico é representado em um componente especializado, denominado **dicionário mental** ou **léxico**, e dentro dessa perspectiva, os significados linguísticos armazenados na mente podem ser definidos de forma semelhante ao modo como aparecem no dicionário.

No modelo de dicionário, o significado central de um item lexical é a informação contida na definição da palavra (por exemplo, esposa significa *mulher adulta casada*). O conhecimento enciclopédico (por exemplo, conotações estereotipadas referentes ao papel de esposa, como zelo) é considerado não linguístico. Nesse sentido, o modelo de dicionário restringe-se ao domínio de aplicação da semântica lexical, enquanto as relações do significado com o mundo são vinculadas ao domínio da pragmática, o qual, na visão formalista, é externo ao domínio da linguagem propriamente dita.

Na perspectiva da LC, essa separação rígida entre conhecimento lexical e conhecimento de mundo apresenta uma série de problemas. Em primeiro lugar, o modelo de dicionário assume que as palavras têm uma semântica relacionada ao aspecto "essencial" do significado, distinto dos aspectos "não essenciais". A LC discorda dessa premissa. Por exemplo, a maioria dos falantes de português concordaria que as palavras *panela* e *caçarola* compartilham a mesma denotação: utensílio culinário de forma cilíndrica, com tampa e cabo. Entretanto, para falantes que têm as duas formas em seu dialeto, essas palavras podem ter conotações diferentes. Para esses falantes, a *panela* seria o objeto de um ou dois cabos, enquanto a *caçarola* teria duas alças, tendo seu uso associado ao preparo de cozidos e ensopados. A partir daí, se verifica que essas palavras também têm distribuições linguísticas diferentes. Podemos dizer *chá de panela*, mas não *chá de caçarola*, para falar de uma reunião social que as noivas organizam antes do casamento. Por outro lado, podemos saborear uma *caçarola de legumes*, prato preparado com legumes ensopados. O significado não seria o mesmo se usássemos o termo *panela de legumes*. Em função do que foi exposto, a decisão de excluir algumas informações do significado central ou denotação parece arbitrária. A questão que a LC coloca é: qual a base para a decisão de que uma determinada informação é (ou não) essencial para o significado?

A LC questiona a afirmação de que o significado pode ser definido de modo independente do contexto, reunindo um conjunto significativo de evidências de que as palavras são interpretadas em relação a estruturas de conhecimento esquemáticas (*frames*) ou domínios de experiência (Fillmore, 1975, 1977, 1982; Langacker, 1987). Portanto, a divisão do significado linguístico em semântica (significado independente do contexto) e pragmática (significado dependente do contexto) é considerada problemática.

Por volta dos anos 1960, filósofos da linguagem como Austin e Grice apontaram as limitações que a *semântica de condições de verdade* imprimia ao estudo do significado e passaram a investigar os princípios que governam o uso da linguagem em contextos interacionais. Nessa época, a pragmática ganhou força como abordagem independente e desvinculada das preocupações centrais da linguística formal.

Os estudos na área passaram a apontar a artificialidade da distinção entre semântica e pragmática. Saeed (2003) chama atenção para o fato de que expressões dêiticas como *trazer* e *levar*, *hoje* e *amanhã* têm claramente conteúdo semântico, mas não podem ser plenamente interpretadas fora de seu contexto de uso. Como aponta Levinson (1983: 55), se formos a uma loja e encontrarmos a porta fechada com um aviso no qual se lê *Volto daqui a uma hora*, ficaremos desorientados. Para interpretar a expressão dêitica *daqui a uma hora*, precisamos da informação contextual a indicar em que momento a mensagem foi escrita.

Em face dessas observações, a Linguística Cognitiva reconhece a arbitrariedade da dicotomia entre semântica e pragmática: assim como o conhecimento linguístico não pode ser adequadamente separado do conhecimento de mundo, o conhecimento semântico não pode ser separado, de forma rígida, do conhecimento pragmático. A visão enciclopédica assume que os significados convencionalmente associados às palavras são abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de uso associados a um dado item lexical. Além disso, as palavras são muitas vezes usadas de formas apenas parcialmente sancionadas por esses significados convencionais: o uso da linguagem é, em grande parte, inovador.

O significado convencional da preposição *em*, por exemplo, indica a relação entre uma entidade e um objeto de referência que tem a propriedade de conter o primeiro. Entretanto, observemos os enunciados a seguir:

(1) O doce está *na* caixa.
(2) Coloquei as flores *no* vaso.
(3) Tem um risco *na* porta da geladeira.

Embora todas as frases acima envolvam cenas espaciais, há diferenças sutis entre elas. Em (1), presume-se que a entidade, *o doce*, está totalmente contida no objeto de referência, *a caixa*; em (2), a relação de pertencimento entre *as flores* e *o vaso* é apenas parcial; finalmente, no exemplo (3), não há uma relação de pertencimento do tipo observado nos exemplos anteriores, já que o risco se encontra na parte externa da geladeira. Esses exemplos demonstram que não há um significado fixo para a preposição *em* e sugerem que o sentido dessa preposição deriva, em parte, do significado dos elementos linguísticos circundantes. Tendo em vista que as palavras sempre ocorrem em contexto, o significado convencional representa uma idealização baseada no sentido prototípico emergente do uso contextualizado das palavras. O significado associado às palavras sempre envolve o significado pragmático. O significado convencional é, na verdade, uma afirmação desse significado prototípico a partir de várias interpretações situadas pragmaticamente. Portanto, o significado pragmático é considerado *real*, e o significado convencional é visto como abstração.

Conhecimento enciclopédico

A Linguística Cognitiva adota uma *perspectiva baseada no uso*, tendo como uma de suas principais hipóteses a ideia de que o contexto orienta a construção do significado. Em função disso, a semântica cognitiva rejeita a ideia de um léxico mental que contenha o conhecimento semântico de forma separada de outros tipos de saber. Langacker (1987: 154) enfatiza que:

> (...) a distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento linguístico e extralinguístico) é bastante artificial, e a única concepção viável da semântica é aquela que evita falsas dicotomias, apresentando, consequentemente, natureza enciclopédica.

O fato de que se associe a construção do significado ao conhecimento enciclopédico, entretanto, não significa adotar uma postura de que o conhecimento associado a uma determinada palavra se estabelece de forma desorganizada e caótica. Ao contrário, a semântica cognitiva caracteriza o conhecimento enciclopédico como um sistema estruturado e organizado em rede, assumindo que os diferentes aspectos do conhecimento a que uma palavra dá acesso não têm *status* idêntico.

Por exemplo, o conceito [GOIABA] inclui a especificação para sua forma no domínio espacial e/ou visual; a configuração de sua cor, no espaço cromático; a localização de seu gosto, no domínio das sensações de paladar/cheiro; além de uma série de especificações abstratas, tais como o conhecimento de que goiabas são comestíveis, crescem em árvores, provêm de regiões tropicais, e assim por diante. Entretanto, alguns desses aspectos são mais centrais para o significado de *goiaba* do que outros.

Langacker (1987) propõe quatro especificações, as quais geralmente acontecem correlacionadas a determinadas informações, contribuindo para a centralidade destas na rede enciclopédica:

(i) **convencional** – é a informação amplamente conhecida e compartilhada pelos membros de uma comunidade de fala, que tem, portanto, alta probabilidade de ser mais central para a representação mental de um determinado conceito lexical. Se eu souber que dois amigos meus são alérgicos a *gato*, por exemplo, esse conhecimento não passará a fazer parte do significado convencional de *gato*, embora possa enriquecer minha compreensão do conceito. Tendo em vista que a convencionalidade é uma questão de grau, esse conhecimento pode ser considerado periférico. Se, entretanto, a fama dos meus amigos começar a crescer e eles se tornarem figuras nacionalmente proeminentes, a simples menção da palavra *gato* poderá trazer de modo imediato à mente dos falantes de língua portuguesa o problema alérgico desses indivíduos. Teríamos que admitir, nesse caso, essa especificação como parte do significado convencional de *gato*.[3]

(ii) **genérica** – é o grau em que uma informação é genérica, ao invés de específica. O fato de que meus amigos são alérgicos ao meu gato Mimi é bastante específico, enquanto o fato de que eles são alérgicos a gatos em geral é parcialmente genérico; já a informação de que algumas pessoas são alérgicas a gatos é ainda mais genérica. Os parâmetros *convencional* e *genérico* tendem a se superpor, já que quanto mais genérica for uma caracterização, maior sua probabilidade de ser convencional. Entretanto, são parâmetros

independentes. Na situação imaginada, se toda uma comunidade de fala souber da alergia de meus dois amigos ao meu gato de estimação, a informação passará a ser convencional, mas nem por isso genérica. Seria o caso pouco usual, mas não impossível, de uma informação específica que adquire caráter convencional.

(iii) **intrínseca** – é a caracterização do significado que não leva em conta fatores externos. A forma, por exemplo, é uma propriedade altamente intrínseca, pois diz respeito às relações entre partes de um objeto e não requer interação ou comparação a outras entidades. O tamanho, por sua vez, implica comparação a outros objetos ou a determinada escala de medida, de modo que não é tão intrínseco quanto a forma. No caso de comportamentos, alguns são intrínsecos, como os miados emitidos pelo *gato*, e outros são mais extrínsecos, como *caçar ratos* ou *arranhar os móveis*. O fato de que os gatos podem ser associados às bruxas, por exemplo, é altamente extrínseco.

(iv) **característica** – é a informação suficiente para identificar o membro de uma classe, dado seu caráter único. A forma, por exemplo, costuma ser mais característica do que a cor: um gato pode ser reconhecido pela forma, mas a observação de que uma entidade é preta não seria suficiente para identificá-la como gato.

Os quatro fatores descritos são inter-relacionados e constituem uma proposta de tratamento da centralidade do significado na rede enciclopédica. Sua importância teórica reside justamente no fato de permitir o estabelecimento de uma estrutura organizada de conhecimento, enfraquecendo argumentos que apontam para a falta de plausibilidade cognitiva do modelo enciclopédico.

É importante ressaltar que a centralidade de uma especificação na caracterização enciclopédica de um enunciado se refere à probabilidade de ativação no contexto em que o mesmo ocorre. Dentro dessa perspectiva, os itens lexicais não funcionam como "pacotes" que armazenam o significado, mas atuam como **pontos de acesso** para sistemas de conhecimento.[4]

Realismo experiencialista

A Linguística Cognitiva afasta-se da perspectiva predominante na linguística moderna, que adota uma abordagem **racionalista**, caso da Gramática Gerativa, ou abordagens formais da semântica, como o paradigma desenvolvido por Montague. Essas vertentes teóricas tratam a linguagem como um sistema formal ou computacional, que não leva em conta a base corporal da experiência humana.

Ao contrário, a Linguística Cognitiva adota uma **perspectiva empirista**, alinhando-se a tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência. Dentro dessa perspectiva, a investigação da mente humana não pode ser separada do corpo, de modo que a experiência, a cognição e a realidade são concebidas a partir de uma ancoragem corporal.

Um bom exemplo de experiência dependente da natureza do corpo humano é a percepção de cor. O sistema visual humano tem três tipos de fotorreceptores, diferenciando-se daqueles de animais como esquilos e coelhos (que apresentam apenas dois tipos) e de pombos (que têm quatro tipos). Essa diferença afeta nossa experiência em termos da gama de cores a que temos acesso no espectro cromático. Além disso, enquanto temos dificuldade para enxergar à noite, as cascavéis realizam atividades noturnas, como a caça. Diferentemente dos seres humanos, esses animais conseguem detectar visualmente o calor emitido por outros organismos, porque conseguem enxergar a faixa infravermelha. Em suma, esses exemplos demonstram que as características do aparato visual dos seres humanos – um dos aspectos de nossa estrutura corporal – determinam a natureza e a amplitude de nossa experiência nesse âmbito.

No livro *The Body in the Mind*, Mark Johnson (1987) propõe que o corpo não só delimita a experiência, mas também estrutura a cognição. Conceitos rudimentares como CONTATO, CONTÊINER, EQUILÍBRIO resultam da experiência humana pré-conceptual. Esses conceitos não são meras abstrações, mas constituem esquemas imagéticos derivados de experiências sensório-perceptuais. (Lakoff, 1987, 1990, 1993; Johnson, 1987).[5]

Enquanto a semântica formal assume uma abordagem objetivista do significado, argumentando que o papel da linguagem é descrever estados de coisas no mundo, a semântica cognitiva sustenta que não há realidade objetiva que a linguagem possa refletir, pelo simples fato de que não há uma realidade objetivamente dada.

É importante ressaltar que a Linguística Cognitiva não nega a existência de um mundo físico objetivo, independente dos seres humanos. Ao contrário, sabe-se que a gravidade existe, que o reflexo da luz em diferentes superfícies e densidades é que torna possível a existência do espectro cromático, e assim por diante. Entretanto, o acesso a partes dessa realidade é limitado por nosso

ambiente ecológico e pela natureza de nossa estrutura corporal. A radiação infravermelha emitida por alguns corpos, por exemplo, é invisível ao olho humano, pois o seu comprimento de onda é maior do que o da luz que somos capazes de enxergar.

Essas observações sustentam a afirmação de que a linguagem não reflete diretamente o mundo, mas antes a construção humana única da realidade. Nos termos de Jackendoff (1983), trata-se de **realidade projetada**: representação mental da realidade, tal como construída pela mente humana, mediada por nossos sistemas perceptuais e conceptuais únicos. No âmbito da Linguística Cognitiva, Lakoff (1987) retoma a proposta filosófica de Putnam (1981) com relação à razão humana, adotando o termo *realismo experiencialista*. Assim, embora reconhecendo a existência da realidade externa, o realismo experiencialista estabelece que dada a forma e configuração de nossos corpos e cérebros, estabelecemos necessariamente uma perspectiva particular entre várias perspectivas possíveis e igualmente viáveis em relação ao mundo.

Os principais postulados dessa proposta podem ser assim resumidos:

- O pensamento é "enraizado" no corpo, de modo que as bases de nosso sistema conceptual são percepção, movimento corporal e experiências de caráter físico e social.
- O pensamento é imaginativo, de forma que os conceitos que não são diretamente ancorados em nossa experiência física empregam metáfora, metonímia e imagética mental, caracterizados por ultrapassar o simples espelhamento literal da realidade.[6]
- O pensamento tem propriedades *gestálticas*: os conceitos apresentam uma estrutura global não atomística, para além da mera reunião de "blocos conceptuais" a partir de regras específicas.

Enfim, para o realismo experiencialista, a razão humana não é uma instanciação da razão transcendental, mas é algo que desponta a partir da natureza de nosso organismo e dos fatores que contribuem para nossa experiência individual e coletiva: a herança genética, as características do ambiente em que vivemos, o modo como funcionamos nesse ambiente, a natureza de nosso funcionamento social etc.

Compromissos teóricos

Tradicionalmente, os estudos linguísticos investigam a linguagem *separando-a em áreas* distintas, como fonologia (estudo dos sons), morfologia

(estudo da estrutura das palavras), sintaxe (estudo da estrutura das sentenças), semântica (estudo do significado) e pragmática (estudo da língua em uso).

Essa divisão tradicional ganhou força a partir de meados do século XX, quando o paradigma gerativo estabeleceu um programa de pesquisas baseado na hipótese de que cada um desses aspectos da linguagem atua sob diferentes princípios estruturais, constituindo módulos distintos. Por exemplo, o módulo sintático é considerado uma área da mente que se ocupa da estruturação das palavras em sentenças; ao módulo fonológico, atribui-se a responsabilidade pela estruturação dos sons em padrões permitidos pelas regras de uma determinada língua etc. Essa abordagem modular justifica a divisão do estudo da linguagem em diferentes subdisciplinas, não apenas por motivos práticos, mas também pela concepção de que os componentes da linguagem são distintos e, em termos de organização interna, não comparáveis.

Diferentemente do modelo gerativo, a Linguística Cognitiva assume a hipótese da não modularidade da linguagem, assumindo uma perspectiva integradora em relação aos módulos tradicionalmente estabelecidos. Embora os diferentes níveis de análise linguística sejam reconhecidos e investigados, duas premissas derivadas da não modularidade são estabelecidas:

(i) os mesmos princípios gerais atuam em todos os níveis de análise linguística.
(ii) os princípios gerais devem ser compatíveis com o cabedal de conhecimentos disponíveis sobre a mente e o cérebro em disciplinas afins.

A primeira afirmativa diz respeito à busca de generalização, enquanto a segunda estabelece um compromisso interdisciplinar para a área. A seguir, as duas premissas são detalhadas.

Busca de generalização

A Linguística Cognitiva assume que os diferentes "módulos" da linguagem compartilham traços fundamentais de organização. Para exemplificar, tomemos o fenômeno da *polissemia*, em que uma mesma unidade linguística exibe sentidos relacionados. Pesquisas recentes têm demonstrado que a polissemia não ocorre apenas no léxico, mas, em consonância com a hipótese de generalização, podendo ser observada também na morfologia e na sintaxe.

Em relação ao léxico, o verbo *ter* constitui um bom exemplo de polissemia em português. Conforme análise de Pinheiro (2009, 2010), o verbo apresenta pelo menos treze acepções diferentes, entre as quais destacamos as seguintes:

(4)
- (a) Só *tem* um shopping na minha cidade. (LOCATIVO CONCRETO)
- (b) *Tem* uma falha na sua argumentação. (LOCATIVO ABSTRATO)
- (c) João *tem* dois carros. (PROPRIEDADE)
- (d) João *tem* duas irmãs. (RELAÇÃO INTERPESSOAL)
- (e) Maria *tem* um nariz bonito. (RELAÇÃO PARTE-TODO)
- (f) *Tenho* saudades da minha infância. (EXPERIÊNCIA PESSOAL)

Em relação aos diferentes sentidos listados, o autor argumenta que o verbo *ter* está associado a um conteúdo conceptual específico, relacionado ao esquema imagético de contêiner (Johnson, 1987). O verbo estabelece, portanto, um cenário experiencial que codifica a continência de uma entidade X em um espaço de fronteiras delimitadas. A Figura 1 ilustra esse cenário:
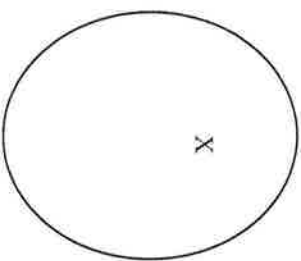
Figura 1 – Esquema imagético do contêiner.

Assim, em 4(a), a entidade X corresponde a *shopping*, e o espaço delimitado é *minha cidade*. O mesmo ocorre em 4(b), só que em nível abstrato: a *falha* está "contida" no *argumento*. Os exemplos 4(c) a 4(f) indicam genericamente POSSE, de modo que possuidores são entendidos metaforicamente como contêineres, e o que é possuído pode ser um objeto físico, ou, ainda, um tipo de relação, experiência vivenciada pelo possuidor etc.[7]

Na morfologia, vários estudos atestam características polissêmicas de afixos. É o caso, por exemplo, do sufixo aumentativo –ão, analisado por Gonçalves et al. (2009). Vejamos alguns exemplos apresentados pelos autores:

(5)

(a) bigodão, barrigão	TAMANHO MAIOR OU AVANTAJADO
(b) sopão, pratão	QUANTIDADE (DE COMIDA)
(c) abração, tapão	INTENSIDADE
(d) resmungão, pidão	ITERATIVIDADE/PEJORATIVIDADE
(e) solzão, filmão	AVALIAÇÃO POSITIVA

Cada um dos exemplos demonstra que o sufixo –ão pode adicionar sentidos ligeiramente diferentes às suas bases. Em 5(a), o sufixo adiciona o significado de tamanho maior ou avantajado aos nomes *bigode* e *barriga*. Já 5(b) não se refere necessariamente ao tamanho físico de *sopa* ou *prato*, mas sim à quantidade de legumes ou de comida, respectivamente. Em 5(c), há um aumento de intensidade em relação a *abraço* e *tapa*, enquanto 5(d) associa o aumento de intensidade à iteratividade e, em determinados contextos, ao aspecto pejorativo: aquele que *resmunga/pede* repetidamente pode ser avaliado de forma negativa socialmente. Por outro lado, 5(e) indica uma intensificação de qualidade, que é avaliada positivamente.

Apesar dessas diferenças, os sentidos podem ser intuitivamente relacionados por compartilhar, em maior ou menor grau, algum tipo de *aumento*: de tamanho, de quantidade, de intensidade. Além disso, a noção de aumento agrega inferências positivas ou negativas ao sentido da base, conferindo maior especificidade a certos significados.

Por fim, a polissemia é evidenciada também na sintaxe. Goldberg (1995) estuda a polissemia de diferentes construções, demonstrando que uma mesma estrutura sintática pode estar associada a vários sentidos relacionados. É o caso, por exemplo, da construção de movimento causado, que apresenta a seguinte associação entre estrutura sintática e papéis semânticos:

SUJEITO	VERBO	OBJETO (SN)	OBLÍQUO (SP)
↕	↕	↕	↕
AGENTE	AÇÃO	TEMA	ALVO
(Maria)	(jogou)	(o papel)	(no lixo)

Para exemplificar a polissemia dessa construção, observemos os diferentes sentidos da construção de movimento causado em português:

A. Sentido 1: AGENTE causa o TEMA a mover para o ALVO.
Ex. *Maria jogou o papel no lixo.*

B. Sentido 2: Condições de satisfação implicam que AGENTE causa TEMA a mover para o ALVO.[8]
Ex. *Maria mandou o afilhado à padaria.*

C. Sentido 3: AGENTE permite TEMA a mover para o ALVO.
Ex. *Maria colocou os amigos para dentro da festa.*

D. Sentido 4: AGENTE previne TEMA de mover-se para o ALVO.
Ex. *Maria trancou o marido para fora de casa.*

E. Sentido 5: AGENTE ajuda TEMA a mover-se para o ALVO.
Ex. *Maria levou os filhos ao parque.*

Goldberg (1995) argumenta que os sentidos listados acima estão relacionados por um laço polissêmico, de modo que os *Sentidos 2* a *5* estabelecem diferentes tipos de relações de contiguidade ou proximidade com o *Sentido 1*, caracterizado como central.

No capítulo dedicado à Gramática de Construções, esse assunto será detalhado. Passemos, agora, à segunda premissa da Linguística Cognitiva, que diz respeito à interdisciplinaridade.

Compromisso interdisciplinar

Ao adotar uma perspectiva não modular, que presume princípios cognitivos gerais (e não apenas princípios especificamente linguísticos) atuantes na organização da linguagem, a Linguística Cognitiva assume o compromisso de compatibilizar suas hipóteses com os resultados de pesquisas sobre a mente e o cérebro realizadas por outras disciplinas, principalmente na área das Ciências Cognitivas (Filosofia, Psicologia, Inteligência Artificial e Neurociências).

Assim, reconhecendo novas perspectivas abertas por pesquisas sobre estratégias de **categorização**, realizadas pela Psicologia Cognitiva, a Linguística Cognitiva promoveu um afastamento da concepção tradicional sobre categorias linguísticas. Classes de palavras, por exemplo, como nomes, verbos, adjetivos etc., são normalmente concebidas como bem delimitadas, circunscrevendo *elementos cujas características autorizam* sua inclusão dentro dos limites categoriais. De acordo com essa visão, as palavras são classificadas segundo seu comportamento morfológico, distribucional e semântico. Verbos são definidos assim: (a) palavras que apresentam flexão de número, pessoa, tempo e modo; (b) palavras que podem preencher a lacuna entre dois nomes (por exemplo, o garoto _____ a maçã); (c) palavras que indicam ação ou estado. Esses critérios autorizam a classificação do item lexical *comeu* como forma flexionada do verbo *comer*, no exemplo a seguir:

(6) O garoto *comeu* a maçã.

A forma *comeu* atende ao primeiro critério, por estar flexionada na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. O exemplo anterior evidencia, ainda, a adequação aos segundo e terceiro critérios, tendo em vista que *comeu* ocorre entre dois nomes e indica uma *ação* realizada pelo *garoto* em relação à *maçã*.

Pelo fato de atender a todos os critérios, a forma pode ser incluída na categoria dos verbos. As palavras *maçã* e *garoto*, que ocorrem na mesma sentença, estariam excluídas dessa categoria por não apresentarem nenhum dos critérios definidores dessa classe (mas sim aqueles que definem a classe dos nomes).

No campo da Psicologia Cognitiva, entretanto, inúmeras pesquisas experimentais já apontaram que a categorização realizada pela mente humana não se pauta necessariamente pelo modelo descrito, em que o pertencimento de um elemento a uma categoria é uma questão de "tudo ou nada". Como veremos no próximo capítulo, os estudos mostram que os contornos categoriais são pouco rígidos, de modo que há membros mais centrais (que apresentam todos os traços definidores da categoria) e outros mais periféricos (que apresentam alguns, mas não todos os traços definidores). A categoria MOBÍLIA, por exemplo, tem entre seus membros centrais (ou prototípicos) objetos como *cadeiras*, *mesas*, *sofás*, mas também pode incluir membros mais periféricos como *abajur*, *relógio de parede*, *cinzeiro*. Trata-se, portanto, de uma **categoria radial**, cujos membros se afastam, em maior ou menor grau, do centro categorial.

Essas descobertas oriundas da Psicologia foram reconhecidas pela Linguística Cognitiva, e a noção de categoria radial foi aplicada à investigação das categorias linguísticas. Em relação à categoria dos verbos, as pesquisas demonstram que nem todos os casos se assemelham ao exemplo discutido anteriormente, em que a forma *comeu* se comporta como um verbo prototípico. Observemos o caso do gerúndio, no exemplo a seguir:

(7) Maria fotografou o garoto *comendo* a maçã.

Se retomarmos os traços definidores de verbo considerados, podemos concluir que a forma *comendo* apresenta o traço distribucional associado aos verbos (ocorre entre duas expressões nominais) e à semântica de ação, que também é uma característica verbal. Entretanto, não apresenta flexão número-pessoal ou modo-temporal, pois a forma seria a mesma quaisquer que fossem o número e a pessoa do nome que a antecede (*os garotos*, *vocês* etc.), ou mesmo o enquadre temporal da sentença (ex. *Maria verá o garoto comendo a maçã*, *Maria poderia ter visto o garoto comendo a maçã* etc.). Trata-se, portanto, de uma forma verbal periférica ou menos prototípica.

Essa nova visão de categorização, inicialmente estabelecida pela Psicologia Cognitiva, acabou por representar um dos importantes reflexos interdisciplinares no arcabouço teórico Linguística Cognitiva, influenciando a descrição de fenômenos sintáticos, morfológicos e fonológicos. Dada sua importância, o próximo capítulo enfocará mais detalhadamente o percurso desse conceito.

Exercícios

I. Na primeira metade do século XX, o linguista americano Leonard Bloomfield (1933: 140) descreveu o estudo da semântica como "o ponto frágil no estudo da linguagem". Como essa afirmação se articula à visão estruturalista vigente? E como contrasta com a perspectiva da LC?

II. Em relação ao item lexical *Lua*, determine o(s) tipo(s) de especificação(ões) (convencional, genérica, intrínseca e/ou característica) que integra(m) o conhecimento enciclopédico ativado pelas seguintes caracterizações:
(a) A Lua é o único satélite natural da Terra.
(b) A Lua tem crateras.
(c) A Lua é, proporcionalmente, o maior satélite natural do nosso sistema solar.
(d) A Lua inspira os apaixonados.

III. Com base no exercício anterior, identifique qual das caracterizações (a)-(d) é ativada no contexto da seguinte piada:

> Dois namorados chegam a uma praça e sentam-se no banquinho.
> A menina vira para o namorado e fala:
> – Querido, a Lua sumiu!
> O namorado responde:
> – Não, meu amor, a Lua não sumiu; ofuscada por sua beleza, a Lua tímida ocultou-se entre as nuvens.
> Depois de 20 anos de casados:
> – Querido, a Lua sumiu!
> – Pô, não está vendo que vai chover?

IV. Faça uma pesquisa-piloto, reunindo um número expressivo de exemplos que envolvam o pronome pessoal *nós*. Investigue os diferentes significados desse pronome em seus contextos de uso. Os seus achados sustentam a visão de que essa palavra exibe polissemia?

V. Evans (2005) analisou a polissemia do verbo *fly* (voar, em inglês), estabelecendo o seguinte conjunto de significados:

Sentido 1 – MOVIMENTO AERODINÂMICO AUTOPROPULSIONADO
Ex. 1. *The bird is flying.*
O pássaro está voando.
"O pássaro está voando"

Sentido 2 – MOVIMENTAÇÃO DE ENTIDADE CAPAZ DE MOVIMENTO AERODINÂMICO POR UM AGENTE
Ex. 2. *The pilot is flying the plane.*
O piloto está voando o avião.
"O piloto está dirigindo o avião"

Sentido 3 – CONTROLE DE UMA ENTIDADE LEVE POR UM AGENTE
Ex. 3. *The child is flying the kite.*
A criança está voando a pipa.
"A criança está soltando a pipa"

Sentido 4 – SUSPENSÃO DE UM OBJETO LEVE
Ex. 4. *The flag is flying.*
A bandeira está voando.
"A bandeira está hasteada"

Considerando-se os sentidos listados e as traduções apropriadas para o português (entre aspas, abaixo dos exemplos), o que se verifica é que embora o sentido 1 do verbo *fly* tenha correspondência em português, o mesmo não ocorre com os outros sentidos (que, em português, teriam que ser expressos por outros verbos). Tendo em vista essas observações, reflita sobre a polissemia do verbo *voar* em português e responda às seguintes perguntas:

a. O verbo *voar* é polissêmico também em português?
b. Identifique quatro sentidos que façam parte da rede polissêmica do verbo *voar* em nossa língua.

Notas

[1] A Linguística Estruturalista concebia as línguas como sistemas autocontidos, fechados em si mesmos, cuja estrutura precisava ser explicitada.

[2] Como ficará claro mais adiante, concebe-se a cognição não modular como "enraizada" nas experiências sensório-motoras e corporais humanas (ver seção "Realismo experiencialista").

[3] O exemplo não é tão distante quanto parece. Para os falantes que vivenciaram determinado período na história política brasileira, o item *vassoura* pode ter a especificação "símbolo da campanha do presidente Jânio Quadros" como parte de seu significado convencional. Mais recentemente, para falantes do português brasileiro, a palavra *fenômeno* dificilmente deixará de evocar "o jogador de futebol Ronaldo".

[4] A visão do significado como conteúdo armazenado em "pacotes" é uma das características da *metáfora do conduto*, que será detalhada no capítulo "Metáforas e metonímias", seção "Metáfora do conduto".

[5] A noção de *esquema imagético* será detalhada no capítulo "Gramática cognitiva", seção "Desdobramento de perspectiva".

[6] Para a caracterização dos processos metafóricos e metonímicos, ver capítulo "Metáforas e metonímias".

[7] Para detalhamento dos laços metafóricos e metonímicos que caracterizam a rede polissêmica do verbo *ter* no português brasileiro, ver Pinheiro (2009, 2010).

[8] As "condições de satisfação" representam, de acordo com a Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962; Searle, 1969), as condições sob as quais determinada sentença constitui um ato de fala. Trata-se de uma combinação entre as intenções do falante e as convenções sociais aliadas a diferentes graus de formalidade, que constituem o critério do sucesso ou fracasso da tentativa de realização do ato. No caso do sentido 2 da construção de movimento causado, as condições de satisfação determinam que Maria deve ser um agente socialmente autorizado para causar indiretamente, através de um pedido ou ordem, o deslocamento do afilhado até a padaria.

Categorização

A construção do significado envolve vários aspectos que têm sido abordados por modelos teóricos específicos no âmbito da semântica cognitiva. O presente capítulo enfocará a questão da categorização e suas implicações para a compreensão do fenômeno linguístico.

O que é categorização?

A categorização é o processo através do qual agrupamos entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares etc.) em classes específicas. Para ilustrarmos o processo com um exemplo típico de nosso dia a dia, basta pensarmos nos diferentes compartimentos de um guarda-roupa. Em geral, há gavetas, prateleiras, araras e outras subdivisões, que derivam do fato de classificarmos os itens do vestuário em diferentes tipos: aqueles que devem ser dobrados e guardados, aqueles que devem ser dobrados e empilhados, aqueles que devem ser pendurados etc. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às subdivisões existentes em vários outros utensílios do cotidiano, como geladeiras, mesas de escritório e carteiras de dinheiro. As subdivisões de cada um deles refletem um planejamento relacionado aos objetos que serão colocados em seu interior, também separados em categorias específicas.

Com relação à linguagem, o processo de categorização é, de fato, essencial. Na verdade, para falarmos do mundo, agrupamos um conjunto de objetos, atividades ou qualidades em classes específicas. Assim, a um conjunto de objetos semelhantes (mas não necessariamente idênticos) atribuímos o nome árvore; fazemos referência a um conjunto de atividades com características julgadas similares usando expressões como *trabalhar*, *brincar*, e assim por diante. Da mesma forma, qualificamos as pessoas que compartilham determinadas características como *calmas*, *engraçadas* ou *tagarelas*.

Nossas estratégias de categorização estão intimamente relacionadas à nossa capacidade de memória. Podemos agrupar objetos em categorias para falarmos do